

Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Instalação e operação de grandes empreendimentos na Amazônia

Isabelle Vidal Giannini

Cássio Ingles de Sousa

Papel da consultoria

- ▶ Apoio na construção das Diretrizes focado na abordagem da temática de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas
- ▶ Prestar orientação geral para a GVCes e IFC / Banco Mundial sobre a temática
- ▶ Elaborar e atualizar documento-base com informações e análise geral da temática
- ▶ Sugerir procedimentos para construir e detalhar diretrizes relacionadas à temática:
 - ▶ Indicar instituições e especialistas relevantes
 - ▶ Orientar sobre a metodologia para o detalhamento das diretrizes, enfatizando o caráter participativo

Atividades realizadas

- ▶ **Definição de diretrizes e metodologia** - Reuniões de trabalho internas e com a equipe da GVCes e IFC
- ▶ **Levantamento de informações e dados secundários** sobre a temática e sistematização de conhecimento
- ▶ **Realização de 16 entrevistas** com atores-chave (instituições e especialistas)
- ▶ **Realização da 1º. Reunião do GT** (Brasília, 04/04)
- ▶ **Consolidação documento-base** incorporando as contribuições do GT
- ▶ **Consultoria especializada** sobre o tema **Consulta Prévia e Licenciamento Ambiental**

Relevância da elaboração de diretrizes

- ▶ Visibilidade de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas nos processos de planejamento e instalação de novos empreendimentos
- ▶ Reforço das normativas e diretrizes existentes e que não estão sendo devidamente consideradas
- ▶ Fortalecimento de redes de discussão (povos, comunidades, ONGs, banco, empresas) no processo de construção das diretrizes
- ▶ Estabelecimento de contato mais efetivo entre representantes de povos e comunidades com o IFC / Banco Mundial

Resultados: conteúdo documento-base

- ▶ Apresentação de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais:
 - ▶ Especificidades: semelhanças e diferenças
 - ▶ Territorialidade tradicional e garantia territorial
- ▶ Legislação, normativas, políticas públicas e melhores práticas
- ▶ Diagnóstico da relação com grandes empreendimentos:
 - ▶ Relação histórica
 - ▶ Questões críticas
 - ▶ Oportunidades e desafios atuais
- ▶ Identificação da relevância dos seguintes temas:
 - ▶ **Consulta Prévia** e assuntos correlatos
 - ▶ Aprimoramento do **Processo de Licenciamento Ambiental**
 - ▶ **Participação e Governança** compartilhada

Questão relevante

- ▶ Povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas não são grupos essencialmente vulneráveis, pois possuem sua história, identidade, cultura, conhecimento milenar e autonomia
- ▶ **PORÉM**, a forma como os “grandes empreendimentos” têm sido implementados na Amazônia implicam numa série de vulnerabilidades:
 - ▶ Vulnerabilidades territoriais
 - ▶ Vulnerabilidades ambientais
 - ▶ Vulnerabilidades sociais

Diagnóstico atual e equacionamento da questão

- ▶ **Histórico:** Relações desiguais, expropriação territorial e degradação de recursos naturais e condições de vida
 - ▶ Quilombolas e Comunidades tradicionais e as frentes de exploração econômica
- ▶ **Principais focos de pressões e ameaças:**
 - ▶ Instalação de grandes obras de infra-estrutura logística e energética (rodovias, ferrovias, hidrovias, gasodutos, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão) e seus impactos socioambientais sobre as comunidades
 - ▶ Intensificação nos últimos anos: PAC
 - ▶ Frentes de colonização e agropecuária e a transformação do uso do território
 - ▶ Apropriação direta de recursos naturais dos territórios: mineração, extração de madeira, pesca, turismo, bioprospecção etc

Diagnóstico atual e equacionamento da questão

▶ Principais focos de pressões e ameaças:

- ▶ Sobreposição territorial (TIs, territórios quilombolas X UCs entre outros)
- ▶ Ameaças sobre direitos conquistados (PEC 215, PEC 71, PLP 227, PLS 1610, ADI 3239 entre muitos outros)

Diagnóstico atual e equacionamento da questão

► Desafios

- Falta da presença do Estado nas regiões e a precariedade dos serviços públicos e responsabilidade projetada para os empreendimentos
- Limitações das instituições relacionadas ao licenciamento indígena: FUNAI, FCP e IBAMA
- Restrição da participação de indígenas, quilombolas e tradicionais nos processos de planejamento e decisão
- Custos das “externalidades”: invasões, paralisações, processos judiciais, riscos operacionais, prejuízos financeiros, danos à imagem das empresas

Diagnóstico atual e equacionamento da questão

▶ Oportunidades

- ▶ Emergência de direitos e políticas públicas diferenciadas para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais desde a CF 1988
- ▶ Valorização da temática da sustentabilidade, aliando conservação do meio ambiente e respeito às populações
- ▶ Aprimoramento da legislação e da abordagem ambiental e de responsabilidade social corporativa do setor privado
- ▶ Fortalecimento político e de representatividade de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais
- ▶ Ampliação dos canais de participação e maior qualificação para o debate

Pontos relevantes para a elaboração das Diretrizes

- ▶ Limitações e assimetrias do modelo de desenvolvimento e grandes empreendimentos:
 - ▶ Repartição de benefícios extremamente desigual: Quem fica com o ônus e quem fica com o bônus dos grandes empreendimentos?
 - ▶ Desigualdades regionais, sociais, econômicas
 - ▶ Corrupção e ineficiência governamental na implementação das ações
- ▶ Impactos socioambientais são críticos sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais
 - ▶ Licenciamento ambiental
 - ▶ Atuação no âmbito da “política de diminuição dos danos” (mitigação e compensação) quando da chegada de um grande empreendimento, mas não propriamente na prevenção à violação de direitos

Pontos relevantes para a elaboração das Diretrizes

- ▶ Não há participação de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais nos processos de planejamento e decisão sobre modelo de desenvolvimento e grandes empreendimentos
 - ▶ Povos e populações tradicionais são vistos como entraves e não como parte legítima do processo
 - ▶ Órgãos governamentais relacionados (FUNAI, FCP) também não participam do processo
 - ▶ Modelo atual de decisão é uma “caixa preta” / planejamento fechado
 - ▶ A questão da consulta prévia e consentimento livre, prévio e informado
- ▶ Falta de respeito aos direitos e aplicação das orientações e melhores práticas **JÁ EXISTENTES** relacionadas a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Pontos relevantes para a elaboração das Diretrizes

- ▶ **Necessidade de aprimoramento dos processos de comunicação com povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombola**
 - ▶ Mecanismos de comunicação são falhos, geralmente inadequados e nem sempre garantem a compreensão da informação
 - ▶ Povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas têm dificuldade em entender as informações sobre os empreendimentos e relatórios de avaliação de impactos, elaborados em linguagem técnica e de difícil compreensão
 - ▶ Audiências públicas demonstraram não ser o espaço adequado para que povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas possam entender e intervir nas discussões dos empreendimentos
 - ▶ O tempo destinado para assimilação das informações e intervenção é insuficiente, não respeita as diferenças culturais e a necessidade de discussões mais amplas entre as comunidades afetadas

Proposições do 1º. GT

- ▶ Fortalecer e articulação o protagonismo dos representantes de povos e comunidades tradicionais nos outros GTs da Iniciativa
- ▶ Aprofundamento dos temas estratégicos:
 - ▶ Consulta prévia
 - ▶ Licenciamento ambiental
- ▶ Apresentação da Iniciativa pela coordenadora da Iniciativa Gvces/IFC na prévia COIAB/Amazônia/Acampamento Terra Livre
- ▶ Fortalecer e ampliar os atores chaves a serem envolvidos no processo

Próximos passos

- ▶ Entrega dos documentos base sobre Consulta Prévia e Processo de Licenciamento Ambiental
- ▶ Compartilhamento e intercâmbio de documentos com outros GTs da Iniciativa e vice versa
- ▶ Definir participantes do GT Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas no Fórum (26 e 27/07)
- ▶ Subsídios para o Seminário Específico (29 a 31/08)

Objetivo:

- ▶ Definir quais são as diretrizes que devem ser incorporadas no Documento Geral das Diretrizes

Passos Necessários

- ▶ Definir formato e conteúdo
- ▶ Fortalecer a representação dos representantes dos povos indígenas, tradicionais e quilombolas.